

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
AS OCUPAÇÕES COLETIVAS DE TERRA PARA MORADIA  
Arlete Moysés Rodríguez\*

Para compreender o processo de organização das ocupações coletivas de Terra foi realizada uma pesquisa participante no Município de Osasco – integrante da Região Metropolitana da São Paulo – Brasil. Neste trabalho apontam-se alguns aspectos de produção da cidade e do processo de organização dos moradores sem casa numa Metrópole.

As cidades têm sido abordadas como um lugar que é de “TODOS”, pois, aparentemente a produção e o consumo estão dirigidos aos “cidadãos em geral”. Como é de “todos” os poderes constituídos consideram necessário pensar na “ordem e na disciplina” da organização espacial.

Mas estas cidades que aparecem como sendo dos cidadãos em geral mostram, na compartimentação, na segregação espacial, as diferentes formas de apropriação do espaço urbano, dependendo da capacidade de pagamento de cada cidadão – consumidor, que por sua vez depende da classe ou do estrato de classe a que pertencem.

Há nas cidades capitalistas uma multitude de formas e processos de apropriação do espaço. Uma das formas importantes é a busca da moradia, que aqui é entendida na sua complexidade de interação no espaço urbano. Todas essas formas, devem obedecer às normas impostas para o “bem estar” comum dos cidadãos em geral. Normas estas definidas pela propriedade capitalista dos meios de produção e da terra – mercadoria, onde parece que cada um tem a justa remuneração pelo trabalho, pelo capital e pela propriedade da terra. Assim parece que cada um usufrui da cidade a que tem direito.

Mas, o problema do onde e como morar tem se tornado cada vez mais expressivo, pois parcelas crescentes dos “cidadãos” não têm acesso à moradia. Estudado por um grande número de autores, a questão da moradia tem sido relacionada, no mais das vezes, a falta de recursos e conseqüentemente ao déficit de moradias, que no Brasil (1988) é calculado em 15 milhões.

Supõe – se que aumentando os recursos se produzirá novas unidades e assim as habitações deixarão de ser um problema. Para isso, no Brasil, criou-se em 1964 o BNH – Banco Nacional de Habitação – e capotou – se recursos dos trabalhadores com a criação do Fundo de Garantia por tempo de serviço – FGTS (depósito de 8% da folha de pagamento que seriam utilizados para a produção de habitação e pagos ao empregado como indenização quando despedido do emprego).

---

É uma questão polêmica pois envolve:

### **a) PROPRIEDADE DA TERRA E PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO**

Cada nova moradia, implica em utilizar um novo espaço. Há variedade de proprietários de terra, que a grosso modo, podem ser divididos entre aqueles que têm um pedaço de terra como objeto de uso e os que como objeto de troca. Procuram os proprietários de terra – que tem a terra como objeto de troca – apropriarse de uma elevada renda. Apropriam-se individualmente da produção social da cidade - através da produção em si – loteamentos, construções - ou quando deixam glebas vazias que também compõem o quadro construído das cidades. Na cidade de São Paulo, mais d 30% do espaço urbano é composto de áreas vazias.

Na produção da cidade há uma diversidade de interesses, pois quando os proprietários deixam a terra vazia – aguardando aumento do preço – entram em conflito com interesses da indústria da construção e com o poder público pois as distâncias entre espaços ocupados – entremeado de vazios – aumentam os custos dos equipamentos e meios de consumo coletivos. É bom destacar que a extensão dos serviços públicos a longas distâncias, beneficia a indústria de construção, pois são maiores quilometragens de canos, de asfalto, de redes, enfim de insumos da indústria de construção (também são necessárias empreiteiras para a realização dessas obras).

Alguns setores progressistas consideram que a indústria de construção pode ser uma aliada dos movimentos que lutam pelo acesso a terra/ moradia. Mas, se alguns setores da indústria de construção civil buscam aliados para liberação de espaços vazios, outros têm interesses que permaneçam como estão (quando são proprietário de terra, ou quando ganham na expansão dos serviços). Mas como é também necessário ter um mercado para comprar esta mercadoria – a casa – e atender á “demanda social “, cria-se (recria-se) um novo discurso. Afirmam que só não produzem por que não há recursos ou porque não há terra disponível exigindo subsídios do Estado. Considera-se que o estado deve.

- 1) Intervir para possibilitar o avanço da indústria de construção e uma das formas seria possibilitar a expansão urbana num “continuum” incorporando as glebas vazias no processo de produção;
- 2) Prover de recursos este setor considerando uma das alavancas do processo de industrialização e que propicia uma redução no nível de desemprego ou aumento da taxa de emprego (mas que na verdade pelas suas características aumenta o desemprego disfarçado);

- 3) Propiciar o aumento das edificações, sem contudo participar diretamente da produção. No Brasil a promoção de obras faraônicas pelo Estado, fizeram aumentar o preço dos materiais de construção, tornando ainda mais difícil o acesso à moradia;
  - 4) Deve regularmente o uso do solo e o processo construtivo. Mas há também que considerar que a maioria das unidades habitacionais, nas grandes cidades, são construídas pelo processo de auto – construção. Utilizam-se dos insumos da indústria de construção, mas o processo produtivo é realizado pelo trabalhador e sua família. Este processo implica que o acesso seja mais viável pois não entram nos cálculos do preço as horas de trabalho e o desgaste do trabalhador e sua família.
- b) **SALÁRIOS** – no Brasil, o Decreto – Lei de 1938 que criou o salário mínimo, define que o trabalhador tem direito a receber um salário que possibilite: alimentação, vestimenta, transporte, saúde e moradia.

Mas os salários não tem sido viável o pagamento de alugel (expressão teórica do valor do salário) e muito menos a aquisição de casa/terreno. Não está prevista na legislação do salário mínimo – nem teoricamente – que o trabalhador possa ser proprietário de casa própria. Como os planos do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, propõem a aquisição da casa própria, evidencia-se assim a falência dos planos propostos pelos governos brasileiros.

- c) **ALUGEL – OS INQILINOS** – O aluguel corresponde, grosso modo, à uma remuneração do capital empregado na aquisição de terra, na produção da habitação e principalmente da produção social da cidade. As diferenças de preço dos aluguéis, a redefinição do seu valor ao longo do tempo, estão diretamente relacionadas com a questão da produção de cidade e da sua localização.

Os rentistas são muito diferentes entre si, desde aqueles que constroem unidades no fundo de quintal onde moram e alugam, como uma forma de complementar a renda, até aqueles que têm um grande número de unidades alugadas. Não considerar estas diferenças tem provocado muitos equívocos pois os rentistas do primeiro grupo são arregimentados como aliados dos grandes proprietários urbanos.

- d) **AS OCUPAÇÕES DE TERRAS** – Será dos que moram em casas de aluguel, que correspondem a mais de 50% dos domicílios urbanos no Brasil, que não mais podem pagá-los, que se inicia o processo das ocupações de terra. Sejam as ocupações cotidianas – as favelas -, sejam as ocupações coletivas.

É comum se atribuir aos moradores de casas de aluguel a falta de mobilização, de participação nos movimentos reivindicatórios. Mas à medida que os inquilinos lutam por água, luz, quando estes “benefícios” são estendidos ao bairro, perdem sua casa pois os aluguéis se elevam. Lutam para que o lugar onde moram seja beneficiado para em seguida eles mesmos serem prejudicados.

Se a luta dos inquilinos fosse por aluguéis menores: significaria lutar para um controle de contratos, de taxas de reajustes, mantendo-se todas as características da produção e consumo. Na verdade os moradores em casas aluguel, têm lutado para obter a casa própria, que é uma luta pela cidadania.

A luta pela obtenção da casa própria tem sido considerada conservadora e até mesmo reacionária. O que é preciso analisar é: se a luta pela casa própria é conservadora, a luta por aluguéis que prevê a manutenção da propriedade tal como se apresenta seria menos conservadora?

Os inquilinos – que recebem baixos salários -, acabam tentando resolver seus problemas de moradia, indo morar na favela ou organizando-se coletivamente para ocupar terra. As ocupações situam-se no contexto de agravamento das condições de produção da habitação, do empobrecimento da classe trabalhadora, no acirramento do processo de produção e de incorporação de renda, lucros e juros.

No discurso da “cidade de todos” está implícito que ao trabalhador cabe TRABALHAR e não usufruir da cidade. Ao trabalhador cabe, no limite, usufruir de lotes pequenos, de arremedos de cidades sem luz, água, mas construída com o seu trabalho. Não produção da cidade está também implícita a luta pela obtenção de serviços por aqueles que trabalham e lutam para obtê-los. Pelo salário deveria ser garantido o acesso a essa cidade de “todos”, mas que a maioria só obtém com mais trabalho, seja através das lutas para obtenção dos serviços.

No processo de ocupação de terra para moradia que contesta as normas institucionais que regem o direito ao uso do solo urbano, se explicita um encontro de indetidade:

- a) O início da organização decorre da necessidade de encontrar um lugar para morar. Nas discussões iniciais o único ponto que os une é a busca de uma moradia.
- b) Cria-se no processo de organização uma compreensão da produção espacial, variável obviamente de um indivíduo para o outro, considerando as condições subjetivas de condição de classe.

c) O processo organizativo, significa:

- Tentar achar uma alternativa para morar. Buscam, de início, o poder público municipal para expor sua condição de vida, buscam, o diálogo. Como não há repostas, é preciso encontrar outra alternativa.
- Nesse processo passa a ser mais visível os limites de atendimento das reivindicações: o poder público explica que considera justa a reivindicação mas que não tem recursos. E explicam que quem manda na habitação é o governo federal.
- Os participantes do movimento compreendem o significado do SFH – Sistema Financeiro Habitação: de onde vem e para onde vão os recursos.

O processo organizativo permite assim uma compreensão da atuação do Estado e da produção da “cidade para todos”.

É possível também neste processo, perceber qual e o lugar onde devem se concentrar para reivindicar. Ou seja, passam de mera localização e discussão num bairro numa igreja, para a sede do poder local. São assim os edifícios públicos conhecidos. Os movimentos ganham visibilidade quando se dirigem a estes espaços públicos que em geral são barrados aos movimentos. O espaço público - privatizado, mas os participantes dos movimentos descobrem quais as formas de pressão para que seus representantes sejam atendidos.

- d) Esgotadas em geral as alternativas de dialogo com o poder público, é preciso achar um lugar para morar, o que significa descobrir quem são os proprietários das glebas vazias. Como afirma uma liderança: “A gente não sabe quem é, mas se ocupar, no dia seguinte já fica sabendo”. Mostra também que sabem que o movimento ganha visibilidade no momento em que uma ocupação coletiva ocorre.
- e) Organizar-se para ocupar uma área, significa conhecer de algum modo a legislação: quais áreas são passíveis de serem ocupadas, qual o melhor momento para ocupação, e o que ocorrerá após a ocupação: a permanência que dependerá de negociações ou o despejo. O que fazer em cada situação é discutido, permitindo uma consciência maior das normas que regem o direito ao uso do solo urbano.
- f) A ocupação dá uma visibilidade política ao movimento. Ocupar uma terra é contar a história para outros, mostrando um processo de consciência da apropriação do espaço. É a visibilidade dessa apropriação. Sempre que ocorre uma

ocupação, formam-se filas para tentar “ganhar” um pedaço de terra. E, em geral, a partir daí formam-se novos grupos.

- g) Reproduz-se as mesmas condições, da produção do espaço em geral: A forma como são projetadas (e ocupadas) as ruas, praças, tamanhos de lotes; as alternativas construtivas, após a ocupação. Só ficarão nos espaços possíveis (desapropriados ou comprados), não há mudanças na questão da propriedade da terra, o que mostra também permanências.
- h) A defesa da propriedade torna-se mais explícita. Em geral, após um despejo, os proprietários, muram, cercam a área. Torna-se mais evidente a propriedade vazia enquanto há muita gente sem terra.

Muda, para a maioria, a dimensão da cidade. Pasam a ter uma certa consciência das formas de produzir as cidades, de analisar que como eles, aparecem uma infinidade de outros moradores espoliados, de como se juntar com outros movimentos. Gesta-se uma mudança. Cria-se um possível repensar da condição mas, sinteticamente o processo permite para a maioria um encontro de identidade.

- Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB – Gestão 88/90  
Rua José Esperidião Teixeira, 582 05532 São Paulo – Brasil  
(fone: 011-8141740)